

NOTÍCIAS

Forte de Albarquel cedido ao município de Setúbal

26/01/2015

O Forte de Albarquel, edifício militar classificado como monumento de interesse público que se encontra ao abandono, vai ser cedido pelo Estado ao município de Setúbal, disse ao PÚBLICO fonte do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Setúbal. A proposta de cedência ao município do Forte de Albarquel e de uma parcela de terreno na Bateria de Albarquel foi apresentada em finais de Janeiro, pela presidente da câmara, Maria das Dores Meira (CDU), na reunião pública do executivo municipal, em que a CDU tem maioria absoluta, devendo nessa sessão ser aprovado o "auto de cedência e aceitação". A cedência foi formalizada através de um protocolo que envolve os ministérios da Defesa Nacional e das Finanças e a autarquia. O acordo, entre o Município de Setúbal e a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, vai ser assinado numa cerimónia pública, marcada para o Salão Nobre dos Paços do Concelho, em que estarão presentes a secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, Berta Cabral, e a secretária de Estado do Tesouro, Isabel Castelo Branco. A proposta de cedência, a votar na reunião de câmara, resulta de negociações iniciadas há algum tempo, entre a autarquia e o Estado, à semelhança do ocorrido com o antigo Quartel do Onze, instalações militares já adquiridas pela câmara municipal e transformadas em escola de hotelaria.

Museu e "sala de visitas"

Segundo a mesma fonte, a Câmara de Setúbal pretende recuperar o espaço, integrado no Parque Natural da Arrábida, e valorizá-lo, transformando-o num equipamento público ao serviço dos cidadãos. Está prevista uma componente museológica e expositiva destinada à fruição cultural e histórica dirigida ao público em geral, mas em especial aos alunos dos diversos níveis de ensino, e uma outra componente ligada às actividades culturais, vocacionada para a realização de manifestações culturais e artísticas de carácter mais restrito, como concertos de música de câmara, recitais de poesia, representações teatrais, apresentação de obras literárias ou exposições de arte. Além de museu e espaço cultural, a autarquia planeia tornar o Forte de Albarquel na "sala de visitas" da cidade, aproveitando as suas magníficas condições de localização, na primeira linha da praia, com vista privilegiada para a baía de Setúbal, no sopé da Serra da Arrábida. Do terraço do

forte, sobre a praia e o rio, vêem-se a península de Tróia, do outro lado do estuário, e toda a entrada da barra do rio Sado. A presidência do município, de acordo com a fonte referida, considera que, depois de recuperado, o local é ideal para receber individualidades, delegações estrangeiras, câmaras de comércio, investidores, entre outras pessoas e organizações.

Fortificação setecentista

A construção do Forte de Albarquel iniciou-se em 1643, quando D. João IV, no rescaldo da restauração da independência nacional, reformulou totalmente a estratégia defensiva do reino. A fortificação, concluída no reinado de D. Pedro II, integrou a linha defensiva da costa, entre Setúbal e Sesimbra e, em complemento com a Fortaleza de São Filipe, guardava a barra de Setúbal, protegendo as povoações sadinas de ataques marítimos. Trata-se de um conjunto que, na descrição do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), integra uma parte rústica, uma construção fortificada, um edifício de dois pisos – que serviu de moradia ao governador militar do forte, secretaria, quartel e casa de material de guerra –, um paiol e várias dependências de vários usos, como garagem, prisão, cavalariças ou latrinas. No morro contíguo à fortaleza, a norte, está instalada a 8.^a Bateria do RAC (Regimento de Artilharia de Costa, entretanto extinto), unidade militar construída em 1939 e desactivada em 1997, já degradada. Um quartel em ruínas, com a particularidade de estar quase completamente soterrado. A bateria tem como únicas partes visíveis à superfície as três potentes peças de artilharia que a compõem, o portão de entrada e pouco mais. A estrutura é, composta por túneis e galerias construídas debaixo da terra e cobertas de vegetação. Uma parte dos terrenos desta instalação militar integra o protocolo de cedência à Câmara de Setúbal que vai agora ser celebrado.

Posse desejada

A cedência do Forte de Albarquel que agora se concretiza é uma aspiração muito antiga, não apenas do município, que desde há dezenas de anos tem feito várias propostas à tutela, mas também de várias outras entidades, públicas e particulares. Em 1961 foi recusado um pedido para a transformação do edifício numa pousada. Em 1963 a Mocidade Portuguesa viu recusado um pedido de cedência do forte. Em 1964 foi igualmente recusada a adaptação a museu oceanográfico. Rejeitados foram ainda os pedidos de cedência do

imóvel apresentados em 1970, pelo Clube Naval Setubalense, e em 1971, pela Câmara de Setúbal. Em 1997, a autarquia volta à carga, pedindo a cedência de terreno para instalação do Parque Municipal de Campismo, o que é também recusado. Em 2006, a chave do portão de entrada no espaço foi entregue à Capitania de Setúbal, que fica com o encargo da manutenção do farolim de sinalização da entrada da barra que está instalado no forte.

Câmara do Porto quer ficar com o Castelo do Queijo

29/01/2015

O presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, quer que o Forte de São Francisco Xavier, que todos conhecem como Castelo do Queijo, continue na posse do Estado e já contactou o Governo para tentar impedir a venda do imóvel portuense. O autarca diz que sugeriu à secretária de Estado da Defesa, Berta Cabral, incluir o forte num processo de permuta que está em negociações "há mais de um ano", com o objectivo de passar também para as mãos da autarquia o Quartel de São Brás. "Temos vindo a negociar com o Ministério da Defesa uma série de permutas que permitam que a Câmara Municipal do Porto fique com o Quartel de São Brás, a troco de outros equipamentos de que a câmara não precisa e de que o Ministério da Defesa precisa", disse Rui Moreira à margem da apresentação da etapa portuguesa da prova solidária Wings For Life World Run, que terá o Porto como um dos 35 pontos de partida simultâneos, em todo o mundo, a 3 de Maio. O autarca explicou que soube da intenção do Ministério da Defesa de alienar 60 imóveis em todo o país "pelos jornais" e que contactou Berta Cabral para lhe transmitir a vontade do município de ficar com o Castelo do Queijo, além do Quartel de São Brás. "O Castelo do Queijo é um equipamento icónico para a cidade, que gostaríamos de manter no Estado e, não sendo no Ministério da Defesa, então que seja no município", disse. Segundo Rui Moreira "a secretária de Estado não conhecia o assunto em detalhe, [mas] ficou de fazer a avaliação respectiva", antes de devolver o contacto. O presidente da Câmara do Porto não pôs de parte a possibilidade de o município poder ir além da mera permuta de edifícios neste processo, entrando também com dinheiro, ainda que essa não seja a via desejada. "Naturalmente, se pudermos encontrar formas de permuta é mais interessante, mas aí, o segredo é a alma do negócio", disse o independente aos jornalistas. Sem estabelecer prazos para uma resolução deste assunto, Moreira mostrou-se confiante na retirada do forte da lista de imóveis a alienar. "Tenho a certeza que vamos encontrar uma solução. Sinceramente, não estou preocupado", disse. O Ministério da Defesa anunciou a intenção de alienar 60 imóveis em todo o país, prevendo recolher com esta iniciativa 32 milhões de euros, que deverão servir para reestruturar as Forças Armadas. Uma posição que Rui Moreira disse compreender. "O Ministério da Defesa não disse

claramente que queria alienar. Considerava que eram equipamentos para os quais não tinha necessidade. E eu compreendo que o Ministério da Defesa, numa altura em que precisa de modernizar as Forças Armadas, precise de fazer estas trocas. É normal fazer permutas, não há problema. A cidade tem procurado fazer outras permutas com o Estado, já o conseguiu no passado e nós temos outras permutas pensadas com outros ministérios, de equipamentos de que eles não precisam, em troca de outros de que eles precisam e que são nossos". Rui Moreira lembrou ainda que, ao contrário de outros espaços, o Castelo do Queijo não é um edifício devoluto, uma vez que está ali instalada a Associação de Comandos. O espaço está classificado como Imóvel de Interesse Público.

Inglesa apaixonada por fortes paga 2 milhões de euros pela recuperação de Albarquel

29 janeiro 2015

O Forte de Albarquel, um dos equipamentos do Ministério de Defesa que esteve votado ao abandono e vandalismo durante décadas, vai ser recuperado ao abrigo da lei do mecenato e deverá abrir portas à cultura dentro de um ano. A fortificação seiscentista que é banhada pelo rio Sado, no sopé da Serra da Arrábida, foi ontem gratuitamente cedida pelo Governo à Câmara de Setúbal, mas a sua requalificação, orçada em cerca de 2 milhões de euros, vai ser assumida pela fundação da inglesa Helen Hamlyn. Uma "apaixonada por fortes e por Setúbal", justificou a presidente da autarquia sadina, Maria das Dores Meira. Segundo revelou a autarca, há muito tempo que Helen Hamlyn tinha demonstrado disponibilidade para oferecer as obras de intervenção no forte à Câmara de Setúbal, como já fez com outros equipamentos espalhados pelo mundo. "Há alguns anos que tínhamos solicitado a passagem da fortificação para a Câmara, mas só este Governo o fez", congratulou-se, após assinar o acordo de cedência com as secretárias de Estado do Tesouro, Isabel Castelo Branco, e Adjunta e da Defesa Nacional, Berta Cabral. O forte, que integrou a linha defensiva do litoral, sendo mandado construir por D. João IV, vai ter várias valências. Além de ser um núcleo museológico, deverá receber exposições permanentes e temporárias e eventos culturais, desde concertos de música de câmara, a recitais de poesia, até peças teatrais.

Diz o protocolo que o imóvel fica na posse do município por 32 anos. O período foi fixado em função do investimento que vai ser realizado e que equivale ao valor da renda do imóvel que teria de ser paga ao Estado, como explicou Isabel Castelo Branco. Berta Cabral alertou estar dado o passo para que o património não se degrade mais, admitindo que o Ministério da Defesa vai o fazer o mesmo com outros edifícios seus no país. Mas além de ter garantido o apoio a fundação Helen Hamlyn - a mesma que financia o Festival de Música de Setúbal - Maria das Dores Meira assegurou também a participação de outro privado na intervenção que vai requalificar o espaço envolvente ao forte, com a

construção de um passadiço destinado a ligar o Parque Urbano de Albarquel à praia. A Fundação Buehler-Brockhaus, constituída por um casal alemão radicado em Setúbal, assume esta intervenção, enquanto a autarquia fica responsável pela construção de um parque de estacionamento.

Dores Meira explica assim a ajuda dos mecenas: "não conseguimos de outra forma, não há dinheiro". A autarca acredita que depois estarão reunidas condições para que seja construído um hotel de cinco estrelas no terreno contíguo ao forte. Uma área que continua na posse do Estado e teria de ser vendida em hasta pública. "Há interessados", assegura a autarca.

Inglesa que vai pagar forte de Setúbal já recuperou Reis Magos em Goa 31 janeiro 2015

Fundação pôs como condição para investir dois milhões nas obras que o monumento seja colocado ao serviço da cultura.

Pode parecer estranho, mas a inglesa Helen Hamlyn, detentora da Fundação que vai pagar 2 milhões de euros pela requalificação do forte na praia de Albarquel, em Setúbal, só colocará uma condição para ajudar a autarquia que acabou de receber a fortificação das mãos do Ministério da Defesa gratuitamente. Depois de recuperado, o monumento deve ser posto ao serviço da cultura. "Não quer mais nada. Já fez o mesmo com outras fortificações", garante Hugo O'Neill, o representante em Portugal da Fundação Paul Hamlyn - o nome do falecido marido de Helen - sediada em Londres, que se dedica ao ensino de música como contributo para a inclusão social das pessoas.

Aos 80 anos, viúva e sem filhos, Helen mantém uma "paixão" por fortificações, como assegurou a presidente da Câmara de Setúbal, Maria das Dores Meira, o que a levou a deixar-se convencer a pagar as obras, ao abrigo da lei do mecenato, que até 2016 deverão reabilitar o forte seiscentista.